



**OMR**  
Observatório do Meio Rural

Documento de Trabalho

# Observador Rural

**RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS DE  
MOÇAMBIQUE**

António Júnior, Yasser Arafat Dadá e Momade Ibraimo

Nº 27

Abril  
2015

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR ([www.omrmz.org](http://www.omrmz.org)).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito ao Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento final.

*Promoverei o aumento de investimentos públicos e privados à agricultura, a pecuária e pesca. Uma atenção particular será dada ao sector familiar, que sustenta a maioria da população moçambicana. Prosseguirei políticas de incentivos aos camponeses que permitam elevar a produção e a produtividade agrárias. Apostaremos na industrialização da nossa agricultura. Moçambique, tem todas as condições para ser uma potência agrícola na região.*

*Intensificaremos a produção de alimentos e o seu acesso pelo cidadão de modo a garantir a segurança alimentar e nutricional. A alimentação condigna não deve constituir um privilégio. Ela é um direito humano básico que assiste a todos os moçambicanos”.*

Discurso oficial na cerimónia de investidura do Presidente da República Filipe Jacinto Nyusi.

(15 de Janeiro de 2015)

É com expectativas positivas que a direcção do Observatório do Meio Rural (OMR) observou o discurso do Presidente Filipe Nyusi aquando da tomada de posse do governo, no que se refere à prioridade para e dentro da agricultura.

O trabalho de pesquisa, as publicações, debates, organização de seminários e conferências e actividades de advocacia do OMR, têm persistido no papel do sector familiar na produção alimentar, no desenvolvimento sustentado em Moçambique e na transformação estrutural do sector e em particular do sector familiar. Esta estratégia de trabalho do OMR está em completa convergência com as palavras do Presidente Nyusi.

Este documento de trabalho resulta do projecto de investigação sobre as *Relações Transfronteiriças de Moçambique* que teve como financiador principal o Fundo para o Ambiente de Negócios (FAN).



# RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS DE MOÇAMBIQUE

António Júnior, Yasser Arafat Dadá e Momade Ibraimo<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura estudar as relações económicas (sobretudo o comércio e o mercado de trabalho) das populações e agentes económicos que residem/operam nas zonas fronteiriças de Moçambique<sup>2</sup> com a África do Sul, Malawi, Zâmbia, Suazilândia e Zimbabué<sup>3</sup>.

Pretende-se melhorar o ambiente de negócios nas relações económicas e comerciais das zonas transfronteiriças, reforçando as vantagens competitivas dos agentes económicos e em benefício das famílias residentes nestas zonas. Parte da sociedade moçambicana não tem percepções adequadas sobre as relações transfronteiriças, muitas delas com raízes históricas e sociológicas. Comportamentos administrativos por vezes dificultam tais relações.

Este texto tem sete secções. A primeira inclui a introdução, os objectivos e a problematização do tema. Na secção dois faz-se uma breve contextualização acerca das relações existentes entre Moçambique e os países vizinhos. A terceira secção descreve a metodologia utilizada no trabalho. A quarta secção descreve os locais de estudo, apresentando as localizações dos distritos e número da população nas zonas fronteiriças estudadas. A quinta secção apresenta os resultados obtidos, a sexta secção discute os mesmos e, por fim, a sétima secção descreve as conclusões e sugestões.

### 1.1. Objectivos específicos

O trabalho proposto tem como objectivos específicos os seguintes:

- Identificar os tipos de relações que as populações que vivem nas zonas fronteiriças estabelecem entre elas.
- Analisar as razões dos fluxos de importação e exportação com o objectivo de assegurar vantagens competitivas que beneficiem os moçambicanos e as empresas que actuam nas zonas de fronteira.
- Indicar os constrangimentos enfrentados pelas populações na entrada e saída da fronteira.

Os resultados da pesquisa podem contribuir para um melhor entendimento sobre as relações transfronteiriças, formais e informais, e sugerir medidas que favoreçam essas economias locais.

### 1.2. Problematização

Há escassos estudos sobre relações transfronteiriças entre Moçambique e os países vizinhos. Porém, os estudos disponíveis tratam-nas como uma actividade de micro importação informal caracterizada pelo trânsito de produtos de um país para o outro que possuem relações sociais e económicas. Por outro lado,

---

<sup>1</sup> António Júnior, mestre em Economia Agrária e Sociologia Rural e assistente de investigação associado no OMR. Yasser Arafat Dadá, licenciado em Economia e assistente de investigação do OMR. Momade Ibraimo, finalista do curso de Economia e monitor de investigação no OMR.

<sup>2</sup> Moçambique faz fronteira com 6 países, num total de 4599 quilómetros, assim distribuídos: África do Sul (491 km), Suazilândia (106 km), Zimbabué (1231 km), Zâmbia (419 km), Malawi (1596 km) e Tanzânia (756 km), retirado em <http://www.nuarro.com/pt/informacoes-praticas/mocambique>.

<sup>3</sup> A fronteira com a Tanzânia será objecto de uma pesquisa com objectivos diversos. Nesta perspectiva, decidiu-se incluir as componentes deste projecto na investigação que se realizará num futuro breve.

indicam a existência do comércio informal praticado pelas populações junto à fronteira e não só. Contudo, pelas características que este tipo de comércio emana, os comerciantes sofrem do oportunismo por parte das autoridades, que fazem cobranças ilícitas.

Perante deste cenário, o trabalho procura responder à seguinte pergunta: quais os factores e de que forma influenciam as relações entre as populações das zonas fronteiriças?

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

As relações entre Moçambique e os países vizinhos têm como principal base, a proximidade geográfica entre eles, a história que estes povos partilham e as questões culturais que os unem. Estes elementos e a necessidade de lutar pela sobrevivência dos agregados familiares contribuem para o fortalecimento cada vez maior dos laços sociais e económicos.

Apesar de Moçambique fazer parte da zona de livre comércio da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), as exportações de Moçambique para os outros países membros dessa organização regional continuam fracas, devido ao baixo nível de diversificação do tecido produtivo nacional, (Haffner e Mampava, 2010).

O maior mercado de exportação para Moçambique continua sendo a África do Sul, que compra a maior parte da electricidade produzida na barragem de Cahora Bassa e do gás natural extraído em Temane, na província de Inhambane. A esses, somam-se produtos mais tradicionais como os mariscos, algodão e citrinos, (Haffner e Mampava, 2010).

Os dois países têm características diferentes: a África do Sul é uma potência regional, com uma população 2,5 vezes maior que a Moçambicana, e com um PIB 30 vezes mais. Esta diferença, em termos económicos, é extensível a todos os outros indicadores (sociais, culturais e políticos). Desta forma, está-se perante uma relação entre países em que o grau de desenvolvimento é muito diferente. Enquanto Moçambique é um dos países mais pobres do mundo, a África do Sul situa-se nos países de médio rendimento. Isto significa que a África do Sul, devido às suas características de potência regional, é, à partida, um país dominante, (Pereira, S/D).

Os dados disponíveis apontam, também, para uma interdependência ao nível do factor trabalho derivada tanto da forte migração moçambicana para a África do Sul, bem como da menor qualificação da mão-de-obra moçambicana face à sul-africana, fazendo com que Moçambique tenha de “importar” trabalhadores mais qualificados, nomeadamente para os grandes investimentos.

Ao nível do factor capital esta dependência ainda é maior, tendo em conta, não só o volume de investimentos efectuados por empresas públicas e privadas sul-africanas, mas também devido ao impacto que tem na economia. Os impactos positivos tecnológicos, ao nível do crescimento do PIB e na melhoria da Balança Comercial, demonstram a elevada dependência que estes investimentos provocam, (Pereira, S/D).

Neste trabalho o comércio transfronteiriço integra-se no sector informal, pois os intervenientes neste processo desviam-se de alguns procedimentos legais. Neste âmbito, Tembe (2009, p.92) define o sector informal em Moçambique como sendo “todas as actividades não registadas, ou registadas apenas no Município, ou junto à Administração Distrital ou Local, não possuindo portanto autorização por parte das autoridades fiscais para o exercício da sua actividade e empregando não mais de 10 trabalhadores”.

### 3. METODOLOGIA

A presente investigação foi baseada numa triangulação metodológica, onde se usaram técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa. A informação é primária, recolhida através de questionários compostos por perguntas fechadas (*survey*) e entrevistas de aprofundamento feitas a alguns residentes com profundo conhecimento da realidade das zonas estudadas.

Trata-se de um estudo de zonas fronteiriças de Moçambique permitindo um conhecimento sobre esta realidade. Os resultados obtidos a partir dos diferentes instrumentos de recolha de dados foram confrontados com algumas referências bibliográficas e discutidos.

Nesta investigação, respeitou-se as seguintes fases:

- Identificação do objecto a ser investigado.
- Definição do problema a investigar.
- Recolha de dados, relacionados com a investigação.
- Estudo de campo, com os inquéritos e entrevistas.
- Análise e interpretação dos dados obtidos da investigação.
- Relatório final.

O cálculo do tamanho da amostra foi feito por cada local de estudo, tendo em conta a população do posto administrativo. A selecção da amostra foi obtida aleatoriamente e de forma não sistemática. No cálculo do tamanho da amostra e na análise de dados, considerou-se um intervalo de confiança de 90%.

Os dados primários foram tratados através de técnicas apropriadas conforme os objectivos do trabalho. Para a análise dos inquéritos, usou-se o pacote estatístico SPSS, versão 20, tendo-se feito, para além da análise descritiva, o teste de associação (Qui-quadrado,  $X^2$ ), a comparação de média (One Way Anova) e a análise de correspondência. A análise das entrevistas foi feita através da análise SWOT, o que permitiu indicar e discutir os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e ameaças.

As variáveis que foram consideradas na análise estatística são as seguintes: caracterização da amostra (agregado familiar, escolaridade; idade, etc.); posse de bens; relação com países vizinhos (prestação de serviços, rendimentos dos inquiridos; produtos comercializados; períodos de maior fluxo comercial; constrangimentos na comercialização (taxas alfandegárias, cobranças ilícitas, transporte, custo com o passaporte, etc.), entre outras.

Os postos administrativos foram seleccionados aleatoriamente de entre os postos inseridos em zonas de maior fluxo comercial e de pessoas. Exceptua-se o posto de N'Sadzo (fronteira de Cassacatiza) escolhido para diferenciar com as zonas de maior intensidade comercial e de pessoas.

O trabalho de campo decorreu entre os meses de Março e Junho de 2014, em cinco zonas fronteiriças de Moçambique. Foram administrados 369 inquéritos e 11 entrevistas, conforme a distribuição por local estudado: Ressano Garcia – fronteira com a África do Sul (70 inquéritos, 1 entrevista), Namaacha – fronteira com a Suazilândia (69 inquéritos, 1 entrevista), Machipanda – fronteira com o Zimbabué (75 inquéritos, 1 entrevista), Cassacatiza – fronteira com a Zâmbia (75 inquéritos, 4 entrevistas) e Mandimba – fronteira com o Malawi (80 inquéritos, 4 entrevistas).

As entrevistas foram realizadas a indivíduos com conhecimento das realidades, designadamente os guardas fronteiras, os comerciantes e chefes do posto.

Após a obtenção dos resultados preliminares, voltou-se aos locais estudados para fazer a apresentação das conclusões e discussão em grupos focais (comerciantes e autoridades locais) com intuito de aprofundar e suprir algumas dúvidas.

#### **4. DESCRIÇÃO DOS LOCAIS DE ESTUDO**

##### **Ressano Garcia**

Situa-se no Sul de Moçambique, província de Maputo, distrito de Moamba. Este distrito tem uma superfície de 4.628 km<sup>2</sup> e tem como limites geográficos, a Norte o rio Massintonta, que o separa do distrito de Magude, a Sul o distrito de Namaacha, a Este os distritos de Manhiça e Marracuene e a Oeste faz fronteira com a África do Sul, (Ministério da Administração Estatal, 2005 e [http://pt.wikipedia.org/wiki/Moamba\\_distrito](http://pt.wikipedia.org/wiki/Moamba_distrito)). O posto administrativo de Ressano Garcia tem uma população de 8.997 (*In*: <http://www.ine.gov.mz>).

##### **Namaacha**

Situa-se no Sul do país, província de Maputo, distrito com o mesmo nome. Este distrito tem uma superfície de 2.196 km<sup>2</sup> e tem como limites, a Norte o distrito de Moamba, a Oeste a África do Sul e Suazilândia (a fronteira que se pretende estudar), a Sul e Sudeste com o distrito de Matutuine e a Leste com o distrito de Boane, (Ministério da Administração Estatal, 2005 e [http://pt.wikipedia.org/wiki>Namaacha\\_distrito](http://pt.wikipedia.org/wiki>Namaacha_distrito)). O distrito de Namaacha tem uma população de 41.954 habitantes<sup>4</sup> (Instituto Nacional de Estatística, 2007).

##### **Machipanda**

Situa-se no Centro-oeste do país, província de Manica, distrito de Manica. Este distrito tem uma superfície de 4.594 km<sup>2</sup> e tem como limites geográficos, a Norte o distrito de Bárue, a Sul o distrito de Sussundenga, a Leste o distrito de Gondola e a Oeste faz fronteira com o Zimbabué, ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Manica\\_distrito](http://pt.wikipedia.org/wiki/Manica_distrito)). Machipanda tem uma população total de 42.606 habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 2007).

##### **Cassacatiza**

Localiza-se no Centro-oeste do país, província de Tete, distrito de Chifunde. Este distrito tem uma superfície 10.505 km<sup>2</sup> e tem como limites geográficos a Norte o Malauí e a Zâmbia (a fronteira que se pretende estudar), a Oeste o distrito de Marávia, a Sul o distrito de Chiúta e a Leste o distrito de Macanga ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Chifunde\\_distrito](http://pt.wikipedia.org/wiki/Chifunde_distrito)). Cassacatiza é uma localidade que pertence ao posto administrativo de N´sadzo com 10501 habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 2007).

##### **Mandimba**

Situa-se no Norte-oeste do país, província do Niassa, distrito de Mandimba. Este distrito tem uma superfície de 4.699 km<sup>2</sup> e tem como limites geográficos a Norte o distrito de N'gauma, a Leste os distritos de Majune, Maúa e Metarica, a Sul os distritos de Cuamba e Mecanheles, e a Oeste a República do Malauí ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Mandimba\\_distrito](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mandimba_distrito)). A localidade de Mandimba tem uma população de 16.323 habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 2007).

---

<sup>4</sup> Em virtude da falta de dados, não foi possível colocar a população do posto administrativo da Namaacha.



## 5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

### 5.1 Caracterização sócio-demográfica da amostra

Do total da amostra, 313 indivíduos, o que corresponde a 84,8%, são do sexo masculino e 56 do sexo feminino. Todas as fronteiras estudadas apresentaram um maior número de homens, com destaque para Cassacatiza e Mandimba.

Do total da amostra, 3,7% não possuía algum nível educacional, 64,9% possuía o nível primário completo, 20,7% concluiu o nível secundário e 10,7% concluiu o nível médio. Desagregando por local de estudo, os dados são os seguintes: a zona fronteiriça de Machipanda apresentava níveis de educação mais baixos em relação aos outros locais, onde a quase totalidade (98,7%) dos participantes do estudo possuíam o nível primário do 1º grau completo. Em Mandimba, 52,5% dos indivíduos participantes no estudo possuía o nível secundário e médio, completos. Ressano Garcia e Namaacha também apresentaram indivíduos de diferentes níveis de educação com grande realce para indivíduos com nível secundário completo.

A idade média nos locais estudados varia entre 38 e 43 anos de idade.

Quadro 1: Caracterização sócio-demográfico da amostra

Designação		Ressano Garcia		Namaacha		Machipanda		Cassacatiza		Mandimba	
		Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%
Sexo	Masculino	50	71,4	47	72,3	65	87,8	72	96	76	95
	Feminino	20	28,6	18	27,7	9	12,2	3	4	4	5
Educação	Analfabeto	1	1,4	2	2,9	0	0	5	6,7	5	6,3
	Primário 1º Grau	14	20	19	27,5	74	98,7	47	62,5	15	18,8
	Primário 2º Grau	17	24,3	13	18,8	1	1,3	13	17,3	18	22,5
	Secundário	19	27,1	18	26,1	0	0	7	9,3	30	37,5
	Médio	11	15,7	12	17,4	0	0	3	4	12	15
Idade	Média	42		43		39		38		39	

Fonte: Dados do inquérito.

### Posse de bens

Os resultados revelam que, de um modo geral, as famílias das zonas estudadas possuem um número considerável de bens, com maior destaque para os bens domésticos e os usados na exploração agrícola. As famílias de Ressano Garcia e Namaacha possuem um número maior de bens domésticos e de carros que nos restantes locais analisados, enquanto as populações de Cassacatiza e Mandimba detêm mais bens para uso nas explorações agrícolas (Quadro 2).

Quadro 2: Posse de bens

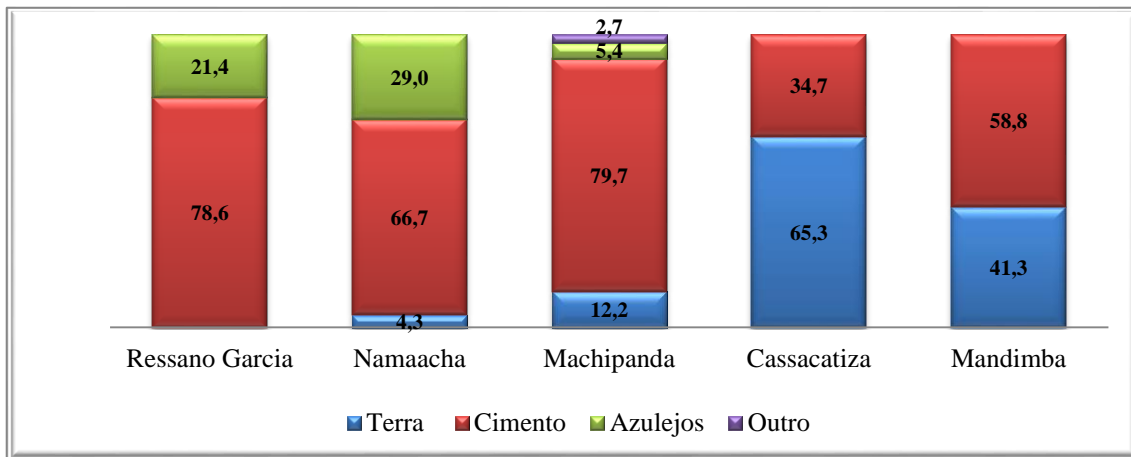
		Ressano Garcia		Namaacha		Machipanda		Cassacatiza		Mandimba	
Designação		Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº
Bens	Fogão	2	149	1	81	1	58	1	52	1	91
	Geleira	3	185	1	74	1	40	0	2	0	25
	Rádio	1	48	1	69	1	56	1	80	1	81
	Televisão	2	136	1	95	1	82	0	13	1	81
	Aparelhos DVD	1	103	1	95	1	83	0	20	1	60
	Celular	5	324	4	283	3	193	2	118	2	172
	Conjunto de sofás	1	47	2	112	1	49	0	10	0	16
	Máquina de costura	0	19	0	6	0	8	0	5	0	23
Transporte	Carro/Camião	1	63	1	40	0	22	0	4	0	2
	Mota	0	6	0	8	0	15	0	15	1	49
	Bicicleta	0	13	0	24	0	22	1	71	1	98
Exploração agrícola	Carroça (TA)	0	13	0	0	0	4	0	8	2	0
	Enxadas	1	59	2	163	3	199	5	348	224	3
	Pás	1	55	1	74	1	69	0	19	50	1
	Bombas de água	0	8	0	12	0	3	0	1	2	0
	Pulverizadores	0	1	0	10	0	19	0	23	6	0

Fonte: Dados do inquérito.

### Característica das casas

Com exceção de Cassacatiza, o chão da maioria das casas dos inquiridos é de cimento. De destacar que as vilas de Ressano Garcia e da Namaacha possuem melhores padrões de construção do chão (cimento e tijoleira).

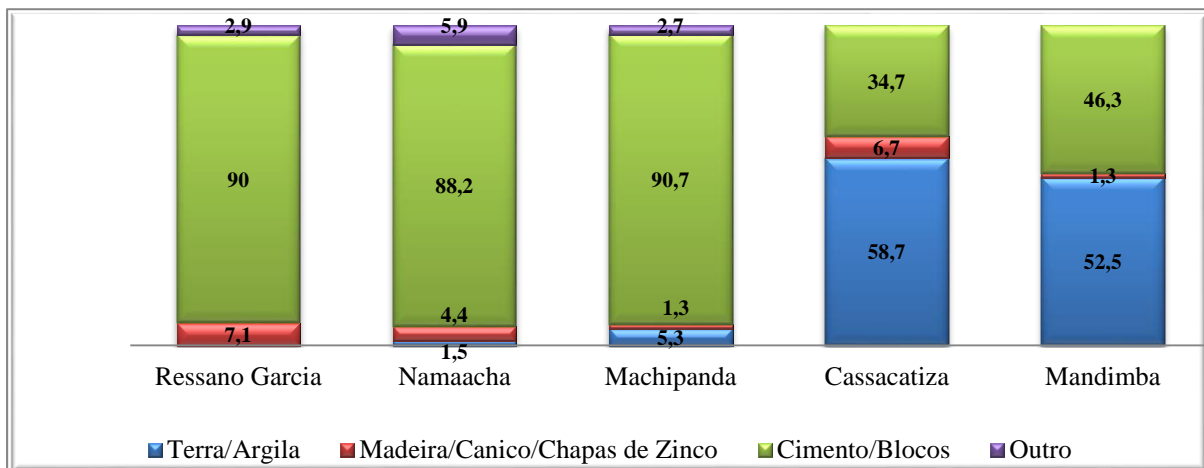
Gráfico 1: Material do chão, em percentagem dos inquiridos



Fonte: Dados do inquérito

Os dados do Gráfico 2 revelam que, de um modo geral, as casas possuem paredes construídas de cimento/blocos. Contudo, nas zonas de Cassacatiza e Mandimba as casas são construídas na sua maioria por terra/argila.

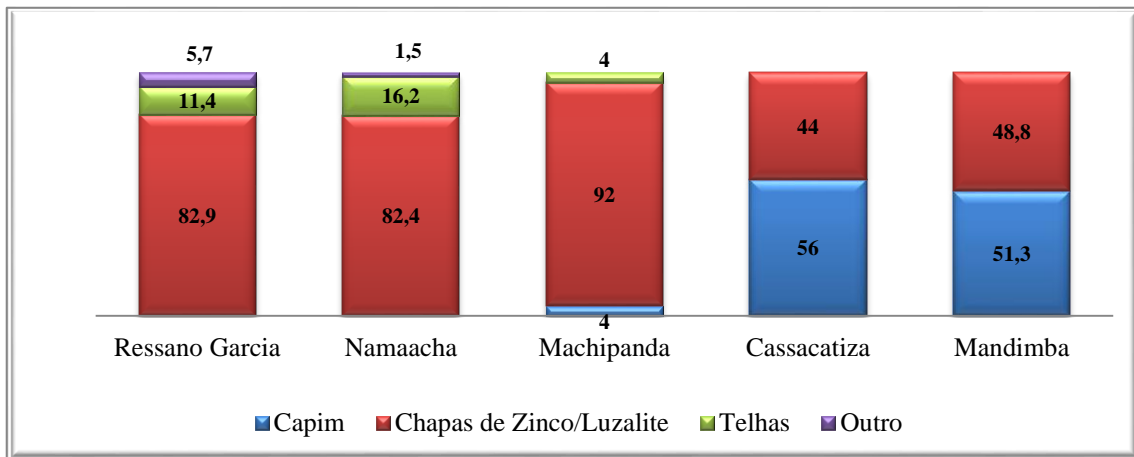
Gráfico 2: Material da parede, em percentagem dos inquiridos



Fonte: Dados do inquérito

A cobertura das casas é maioritariamente de chapas de zinco ou lusalite. Porém, as casas da zona de Cassacatiza e Mandimba são, em grande parte, de capim. De referir, que as casas de Ressano Garcia e Namaacha possuem os melhores padrões de cobertura em relação aos restantes locais analisados.

Gráfico 3: Material de cobertura, em percentagem dos inquiridos



Fonte: Dados do inquérito

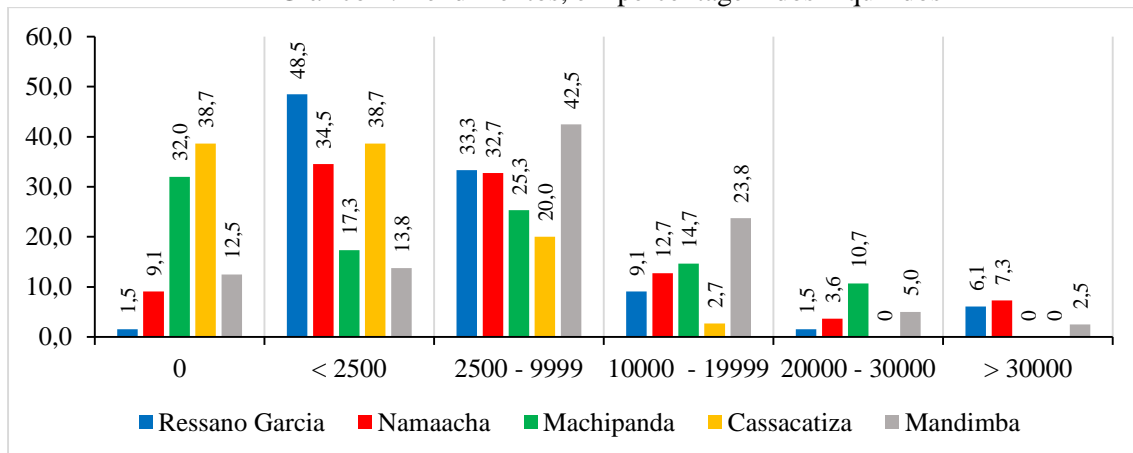
### Rendimentos

Os rendimentos considerados neste trabalho são os provenientes da actividade comercial e da prestação de serviços no país vizinho (no sector agrícola, mineração, etc.). Verifica-se que a maioria dos inquiridos das vilas de Ressano Garcia e Namaacha possuem rendimentos abaixo de 2.500 Meticais por mês. Este rendimento médio é bastante superior ao do rendimento médio da população rural moçambicana (onde a taxa de pobreza – rendimento de menos de 1 dólar por dia – é de cerca de metade da população). Esta constatação, deriva do facto dos postos administrativos estudados possuírem um nível de desenvolvimento mais elevado que a média do meio rural. Pode-se ainda colocar a hipótese (não confirmada por não ser objecto deste trabalho), de que as relações comerciais transfronteiriças aumentam a actividade de pequena escala e, conseqüentemente, o rendimento.

Os indivíduos de Machipanda possuem rendimentos que variam entre 2.500 Meticais e 9.999 Meticais. Porém, um número considerável destes também obtém rendimentos que variam entre 10.000 a 19.999 Meticais. A população entrevistada em Mandimba possui os rendimentos mais equilibrados.

Os indivíduos de Cassacatiza apresentam os rendimentos mais baixos em comparação com os outros locais estudados.

Gráfico 4: Rendimentos, em percentagem dos inquiridos



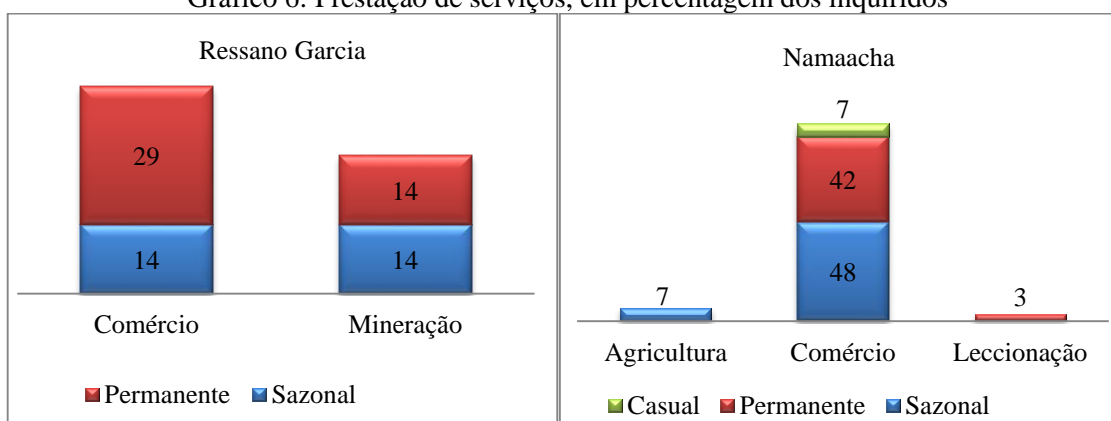
Fonte: Dados do inquérito

## Prestação de serviços

Uma parte considerável das populações das zonas fronteiriças presta alguns serviços nos países vizinhos, sazonalmente, casualmente e/ou permanentemente. Os gráficos revelam essa realidade.

- Ressano Garcia – do total dos inquiridos nesta zona fronteiriça, 43% prestava serviços na área do comércio, dos quais, 29% trabalhavam sazonalmente e 14% eram trabalhadores permanentes. Cerca de 28% prestavam serviços nas mineradoras, sendo, 14% com regime de trabalho permanente e os outros 14% como trabalhadores sazonais).
- Namaacha – cerca de 7% dos inquiridos trabalhavam na agricultura, 3% leccionavam e 97% fazia comércio no país vizinho; destes últimos, 48% possuía uma actividade comercial sazonal, 42% permanente e 7% casuais.

Gráfico 6: Prestação de serviços, em percentagem dos inquiridos

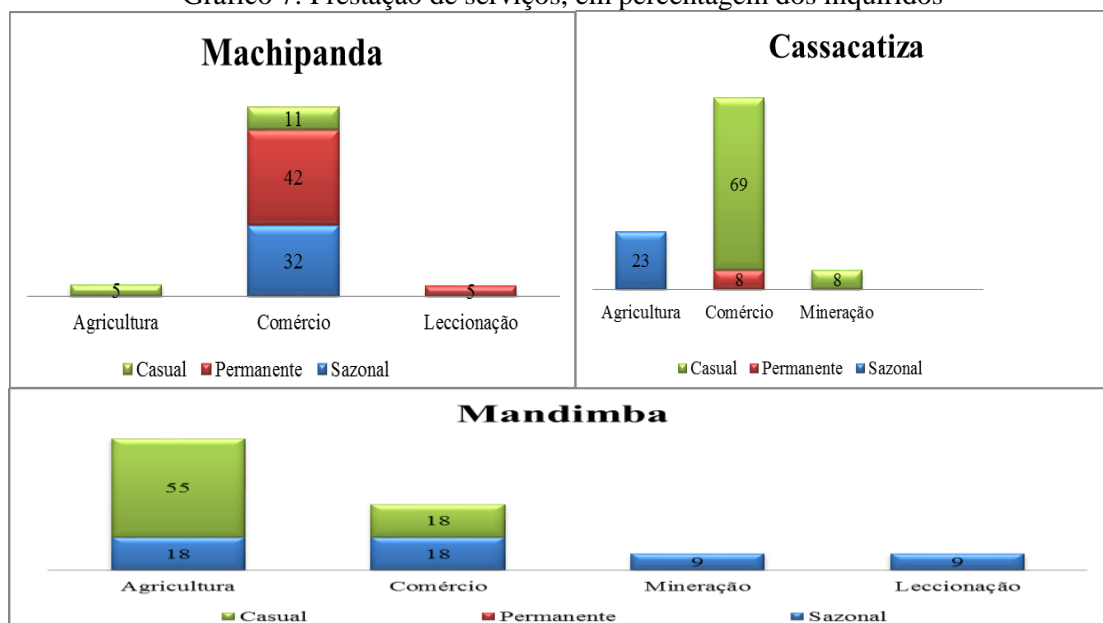


Fonte: Dados do inquérito

- Machipanda – do total dos inquiridos, cerca de 10% afirmou que prestava serviços no Zimbabué, sendo 5% na agricultura e 5% na leccionação. A maioria destes (85%) prestava serviços no sector comercial, sendo 32% sazonais, 42% permanentes e 11% trabalhavam casualmente.
- Cassacatiza – os indivíduos inquiridos afirmaram que prestavam serviços na Zâmbia, sendo 23% na agricultura, 77% no comércio (sendo 69% com trabalho casual e 8% em regime permanente) e 8% na mineração.
- Mandimba – os inquiridos prestavam serviços na agricultura (55% casualmente, 18% sazonalmente), no comércio (18% sazonais e outros 18% prestam serviços casualmente). Outros trabalham sazonalmente na mineração (8%) e leccionação (9%).

Pode-se constatar que, com excepção de Mandimba, a maioria da população tem o comércio (infomal) como a principal actividade. Contrariamente, é sabido que a principal fonte de rendimento no meio rural moçambicano é a agricultura. Este dado é indicativo que o comércio e as relações comerciais fronteiriças possuem vantagens comparativamente com actividade agrícola.

Gráfico 7: Prestação de serviços, em percentagem dos inquiridos



Fonte: Dados do inquérito

## 5.2 Relação entre Moçambique e os países vizinhos

### Aspectos gerais

Os dados mostram que as vilas fronteiriças possuem relações comerciais, familiares, de saúde, desportivas, culturais e académicas com os países vizinhos. Contudo, estas vilas estabelecem mais relações comerciais, familiares e de saúde (conforme ilustra o Gráfico 5). Na maioria dos casos são os moçambicanos que buscam mais produtos e serviços nos países vizinhos. Neste âmbito, um dos entrevistados em Cassacatiza afirmou: *nas relações por razões de saúde também dependemos muito do outro lado, porque muitas mulheres atravessam para a Zâmbia em busca de assistência médica (hospital).*

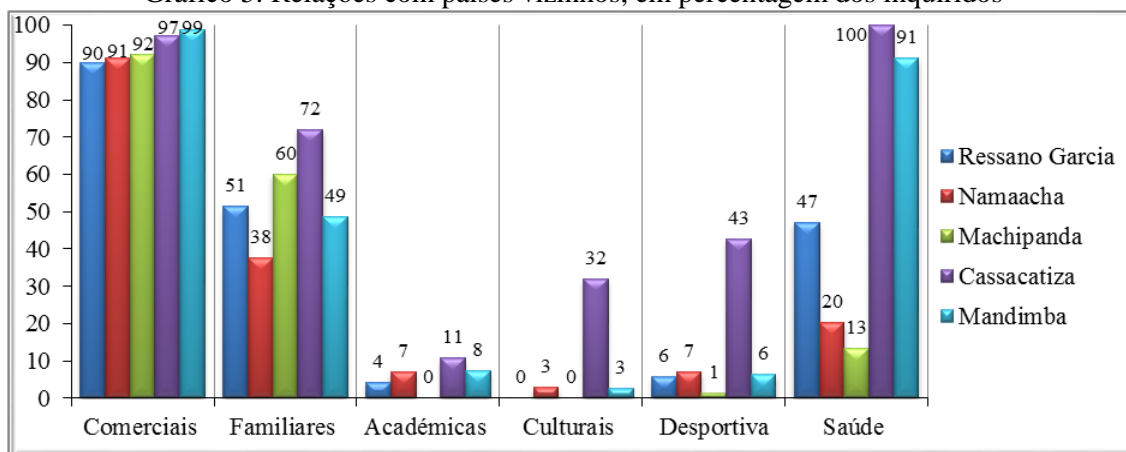
No geral, as populações que vivem nos locais fronteiriços, com destaque para Cassacatiza e Mandimba, dependem muito da relação comercial com os países vizinhos respectivos. Os inquiridos em todos os locais estudados, com realce para Machipanda e Cassacatiza, possuem relações familiares transfronteiriças.

As populações que habitam as zonas de fronteira, ou vivem em localidades próximas, usam com alguma frequência os serviços de saúde dos países vizinhos, com principal enfoque para as populações de Mandimba e Cassacatiza.

No que tange à procura dos serviços de saúde por parte das populações de Mandimba, os depoimentos de alguns informantes chaves corroboram o referido no parágrafo anterior, como revela o extracto abaixo:

*“... nós vamos ao hospital do Malauí; cá, sim, decerto, temos; mas vamos lá, no Malauí, porque aqui temos médico, mas este não tem equipamento para trabalhar. Recorre-se também aos hospitais de Lichinga, mas estes encontram-se a 150 km; então, por ser longe, optamos em ir lá onde é perto, porque daqui para lá são apenas 19 km...”* (entrevista com David Amado, dia 11 de Junho de 2014, Mandimba).

Gráfico 5: Relações com países vizinhos, em percentagem dos inquiridos



Fonte: Dados do inquérito

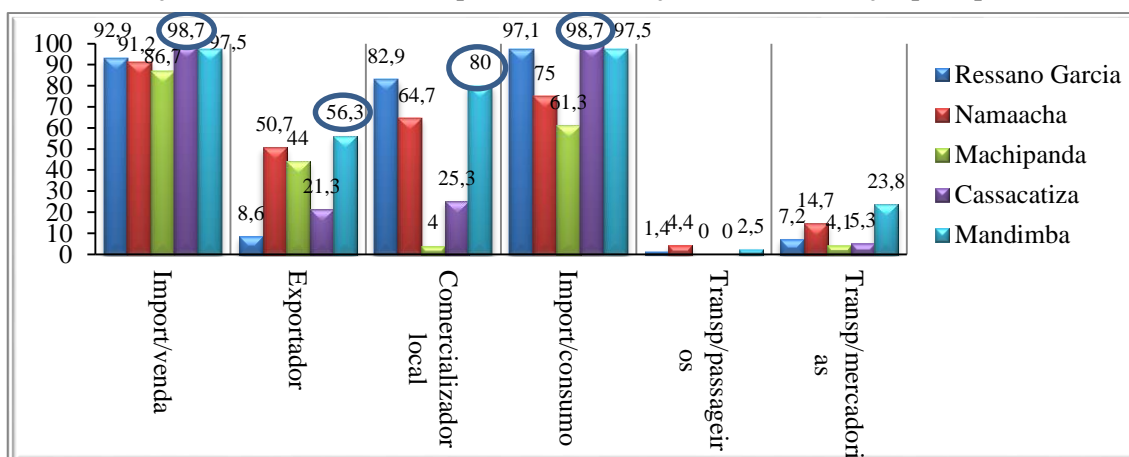
### Relações comerciais

Os resultados mostram que Moçambique é um grande importador de produtos dos países vizinhos com principal destaque para as populações de Cassacatiza, Mandimba e Ressano Garcia. Este facto é reforçado por um dos entrevistados em Cassacatiza ao referir:

*“...nós dependemos muito do outro lado, em termos comerciais. Compramos lá produtos, tais como farinha, açúcar, produtos de primeira necessidade. Esses produtos não são taxados até certa quantidade. Por exemplo, sumo, no máximo a pessoa pode carregar 4 caixas sem pagar nenhuma taxa. A maioria das mercadorias que passam nos camiões vem de /vai para o Porto da Beira. De Setembro a Dezembro passam muitos adubos, por exemplo”* (entrevista com guarda fronteira, dia 15 de Abril de 2014, Cassacatiza).

As populações das zonas fronteiriças, para além de importarem os produtos dos países vizinhos, também vendem os seus produtos naqueles países (exportam), embora em proporções e com intensidades diferentes entre os postos administrativos.

Gráfico 8: Relações comerciais (% de inquiridos com relações transfronteiriças por tipo de actividade)

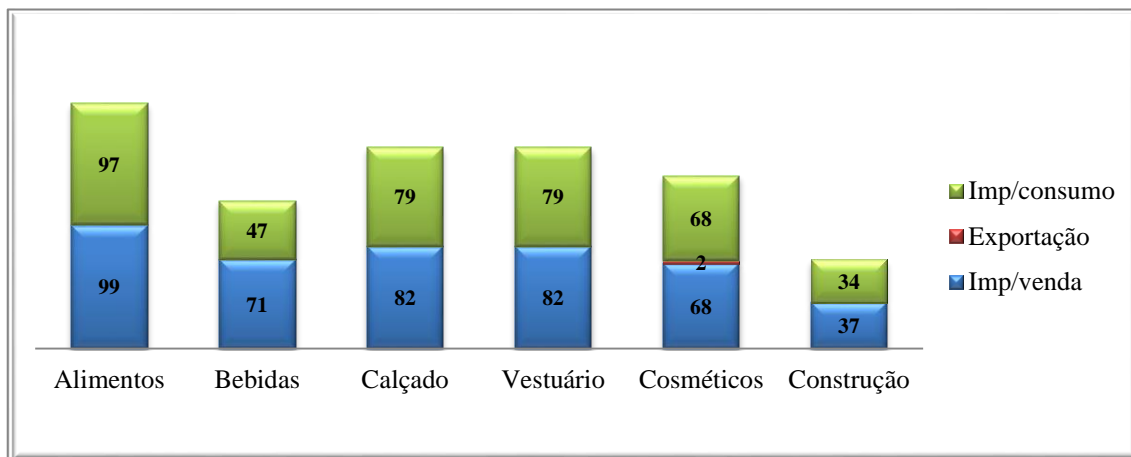


Fonte: Dados do inquérito.

Em Ressano Garcia, dos vários produtos comprados na África do Sul para posterior venda em Moçambique, há a destacar os bens alimentares (carne suína, bovina e de frango, óleo, batata, cebola e ovos), vestuário, bebidas alcoólicas, calçado, cosméticos e material de construção (barrotes, chapas de zinco e janelas).

Destes produtos, os alimentos, vestuário, calçado e bebidas alcoólicas são os mais vendidos pelos moçambicanos dentro do país. Quase na mesma proporção, estes bens são também comprados para consumo dos próprios comerciantes. De referir que, os resultados mostram que estes comerciantes não exportam para aquele país vizinho, com exceção de produtos cosméticos (cerca de 2%).

Gráfico 9: Produtos: Ressano Garcia, em percentagem dos inquiridos

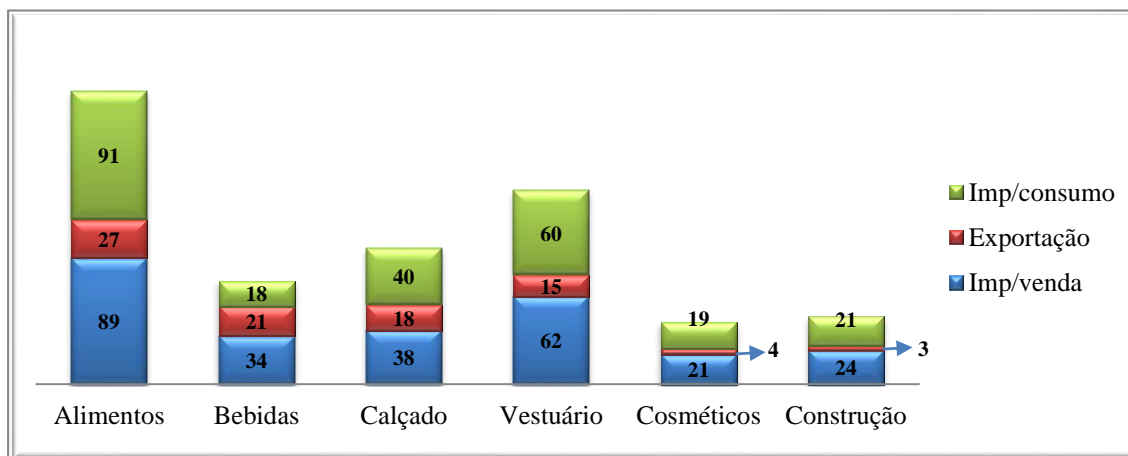


Fonte: Dados do inquérito

Por sua vez em Namaacha são os mesmos descritos no parágrafo anterior. Contudo, de destacar que os mais comprados na Suazilândia para venda em Moçambique são os produtos alimentares (ovos, frango, carne e cebola) e o vestuário. Para além destes produtos, as bebidas alcoólicas, o calçado, material de construção e os cosméticos fazem parte também da lista dos produtos importados deste local. Estes produtos, também são adquiridos para consumo próprio dos comerciantes, conforme mostra o Gráfico 10.

De referir que os resultados mostram que estes comerciantes exportam produtos de Moçambique para aquele país vizinho, com destaque para produtos alimentares (pão, banana, litche e pêra-abacate), bebidas alcoólicas, calçado e vestuário (fardos<sup>5</sup>).

Gráfico 10: Produtos: Namaacha, em percentagem dos inquiridos



Fonte: Dados do inquérito

<sup>5</sup> Trata-se de fardos de roupa de 2ª mão importada



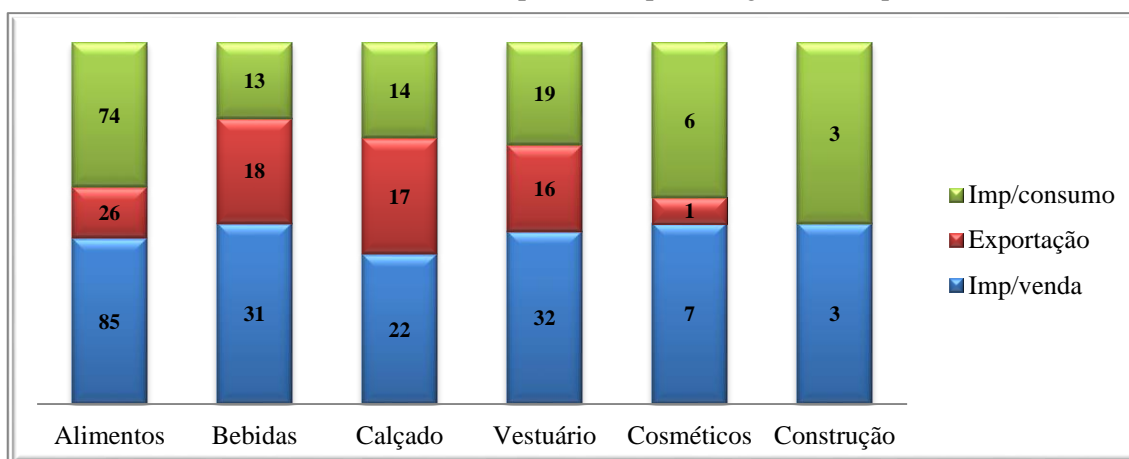
As populações de Machipanda recorrem ao Zimbabué para compra de produtos para comercialização e/ou para o consumo. Principalmente os produtos alimentares (leite fresco e sumo Mazouo), vestuário e bebidas alcoólicas.

Os resultados revelam que estes comerciantes não se limitam a comprar produtos; também levam alguns de Moçambique para venda naquele país. De destacar a exportação de alimentos (com destaque para o leite em pó para bebés), bebidas alcoólicas, calçado e vestuário (fardos).

No entanto, as populações que vivem nesta zona fronteiriça dividem uma história de vida em comum, pois, muitos destas pertencem a famílias separadas por uma fronteira geográfica e não social. Existe uma relação de dependência e inter-ajuda, conforme a explicação do entrevistado:

*“... de princípio, a população que vive na zona da fronteira tem uma influência em comum, ajudam-se entre elas... compramos alguns produtos que achamos que lá é barato por causa da moeda; às vezes também vêm aqui comprar alguns produtos, por acharem baratos, para vender lá...”*  
(entrevista com indivíduo anónimo, dia 09 de Março de 2014, Machipanda).

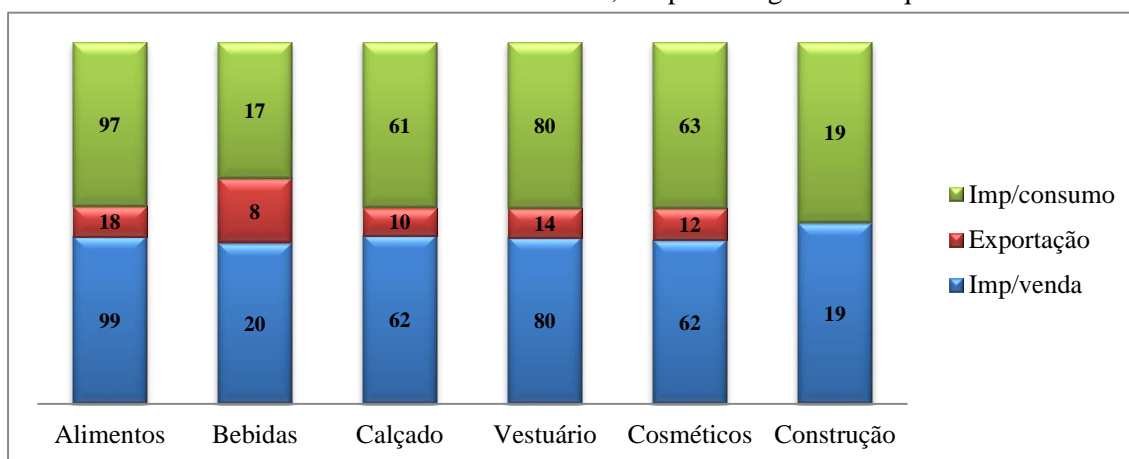
Gráfico 11: Produtos: Machipanda, em percentagem dos inquiridos



Fonte: Dados do inquérito

Já a população de Cassacatiza importa produtos da Zâmbia, sobretudo bens alimentares (sumos e maheu), vestuário, calçado e cosméticos. Não menos importantes são as bebidas alcoólicas e material de construção (barrotes; chapas; vidros e aros). Estes produtos são adquiridos para venda em Moçambique e para o consumo dos próprios comerciantes. De Moçambique, exportam para a Zâmbia produtos alimentares (óleo, arroz e massa esparguete), vestuário, calçado, cosméticos e bebidas alcoólicas.

Gráfico 12: Produtos: Cassacatiza, em percentagem dos inquiridos



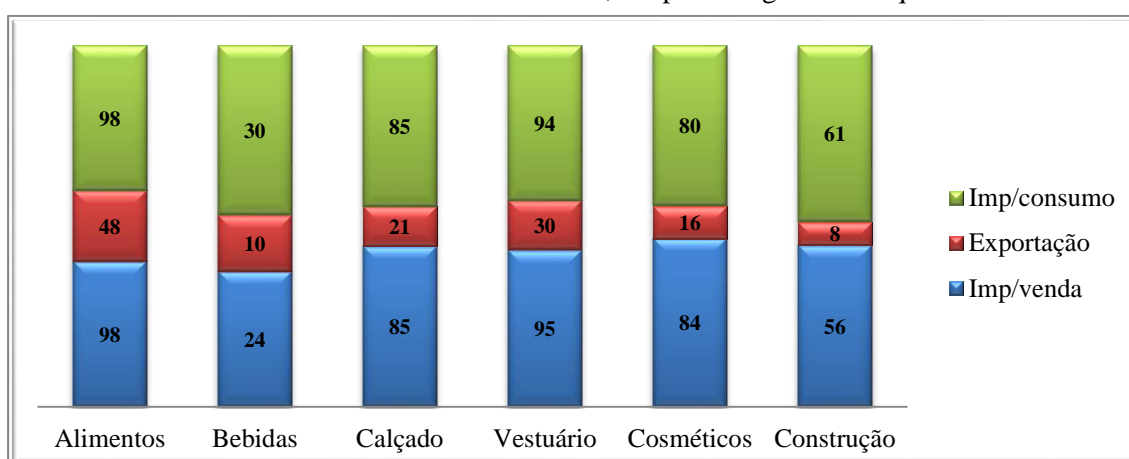
Fonte: Dados do inquérito

Os dados indicam que os produtos mais procurados no Malauí pelos comerciantes moçambicanos da vila fronteiriça de Mandimba são: alimentos (refresco, frango, arroz, ovos, pão e maçã), vestuário, calçado, cosmético e material de construção.

De destacar que uma considerável parte destes comerciantes exporta para o Malauí: alimentos (milho, feijão e óleo), vestuário, calçado, cosméticos, bebidas alcoólicas e material de construção. Um dos factores apontados para a não competitividade dos produtos nacionais é o seu preço que é mais alto. Este facto é reforçado pelos comerciantes de Mandimba, quando referem que:

*“...os malauianos chegam a comprar calçado em fardo e vender em Moçambique a retalho. Os produtos moçambicanos são de maior qualidade o que os torna mais caros; por isso, a população de Mandimba prefere adquirir em Malauí que está mais barato, não se preocupam com a qualidade”. (grupo focal, aos 18 de Novembro de 2014, Mandimba).*

Gráfico 13: Produtos: Mandimba, em percentagem dos inquiridos



Fonte: Dados do inquérito

### Fluxo da actividade comercial

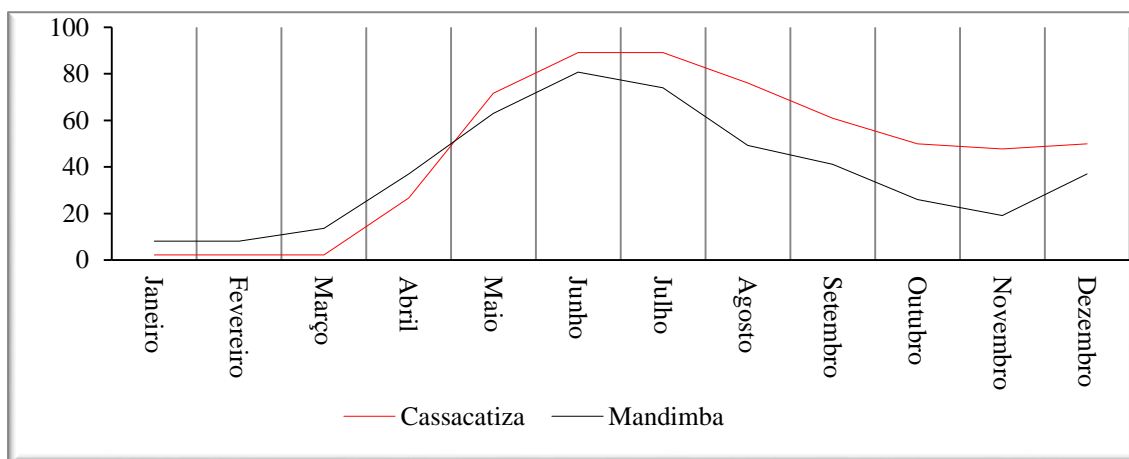
Os dados revelam que os meses de maior fluxo comercial variam de zona para zona, sendo que Ressano Garcia regista maior pico nos meses de Dezembro e Janeiro; na Namaacha verifica-se grande fluxo de Outubro a Dezembro; a zona fronteiriça de Machipanda regista maior fluxo de negócio nos meses de

Novembro e Dezembro; e, por fim, as zonas de Cassacatiza e Mandimba registam o pico da actividade comercial entre Maio e Agosto.

Há semelhanças no que respeita ao período de maior fluxo comercial entre Cassacatiza e Mandimba, o que pode estar associado à produção agrícola. Assim, estas populações podem ter a necessidade de vender os excedentes ou de comprar alimentos para suprir o défice (Gráfico 14.1).

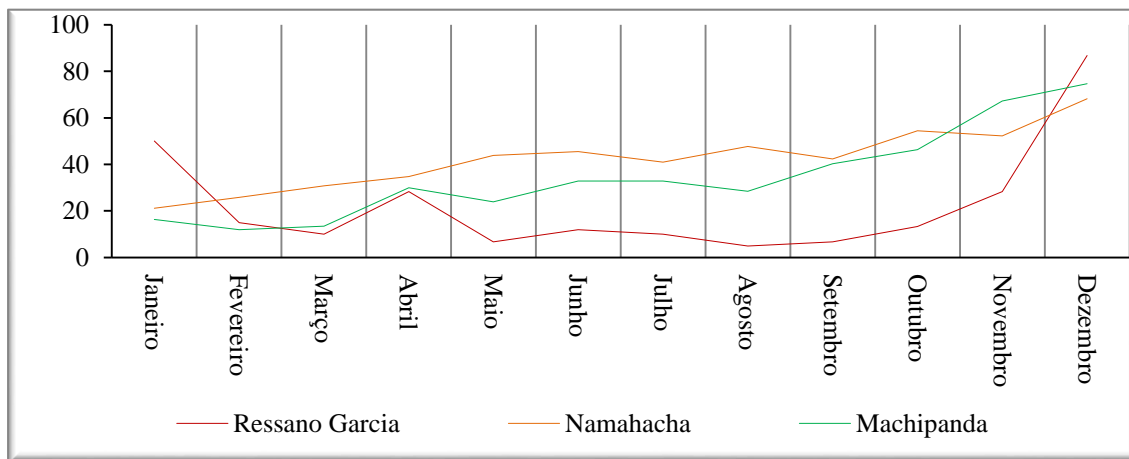
Os resultados de Ressano Garcia, Namaacha e Machipanda, revelam uma tendência de pico em períodos festivos. Não se verificam grandes alterações nos outros períodos (Gráfico 14.2).

Gráfico 14.1: Período de maior fluxo, em percentagem dos inquiridos



Fonte: Dados do inquérito

Gráfico 14.2: Período de maior fluxo, em percentagem dos inquiridos

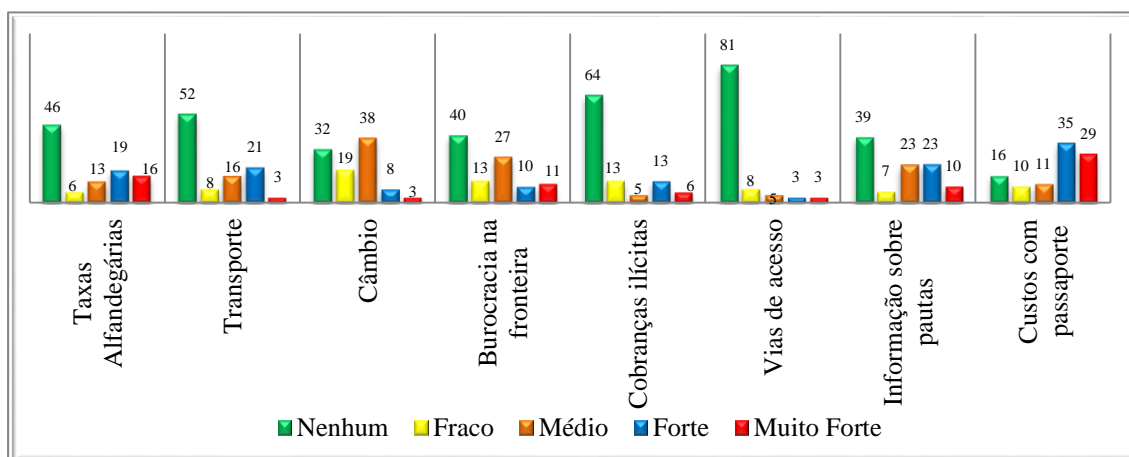


Fonte: Dados do inquérito

### 5.3 Constrangimentos

De entre os vários constrangimentos, o custo de passaporte, as taxas alfandegárias e a informação sobre as taxas aduaneiras e regras de isenção, são os problemas mais enfrentados pelos inquiridos de Ressano Garcia.

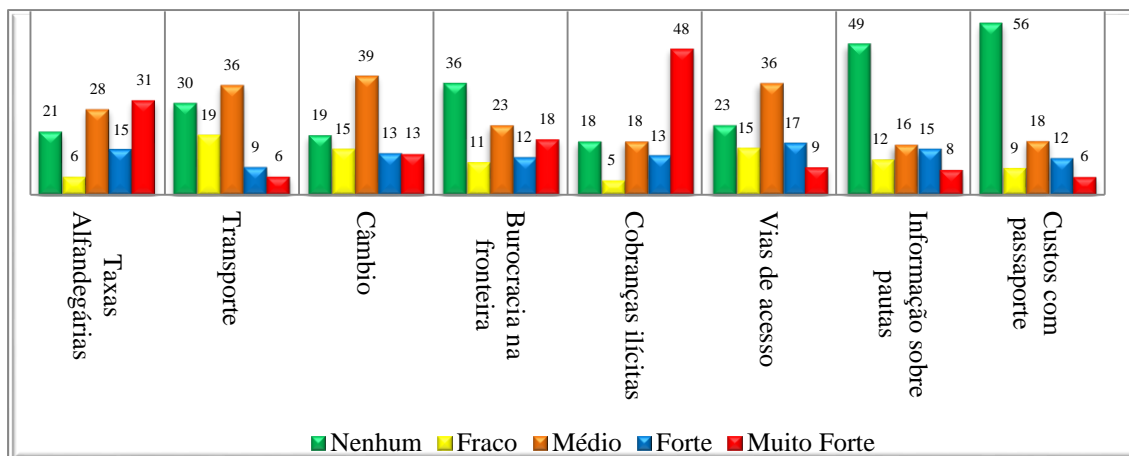
Gráfico 15: Constrangimentos: Ressano Garcia, em percentagem dos inquiridos



Fonte: Dados do inquérito

Os indivíduos de Namaacha apresentaram as cobranças ilícitas e taxas alfandegárias como sendo os elementos que põem em causa o desenvolvimento das suas actividades. Não menos importante, foi referido também o câmbio e o transporte.

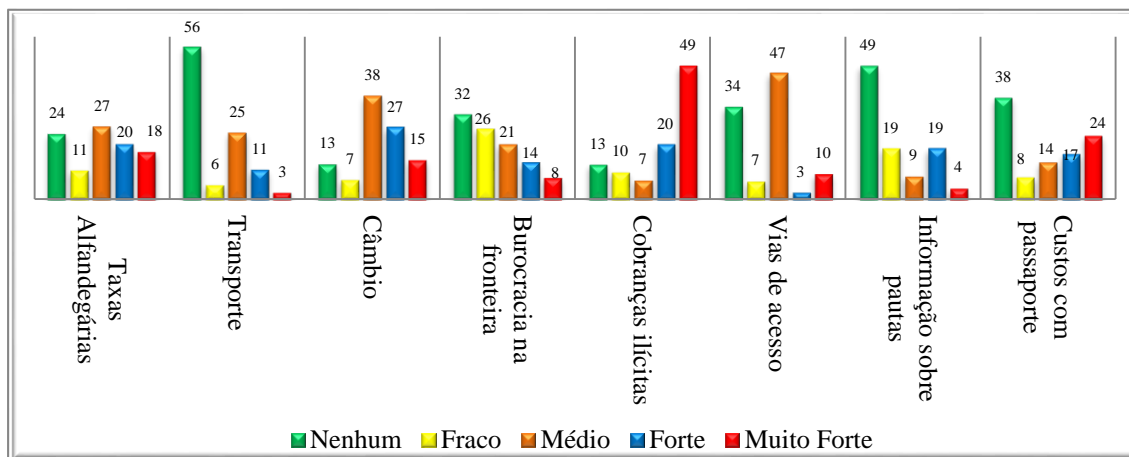
Gráfico 16: Constrangimentos: Namaacha, em percentagem dos inquiridos



Fonte: Dados do inquérito

Com alguma semelhança dos casos locais descritos acima, os indivíduos de Machipanda também referiram as cobranças ilícitas e custo de transporte como os principais constrangimentos.

Gráfico 17: Constrangimentos: Machipanda, em percentagem dos inquiridos



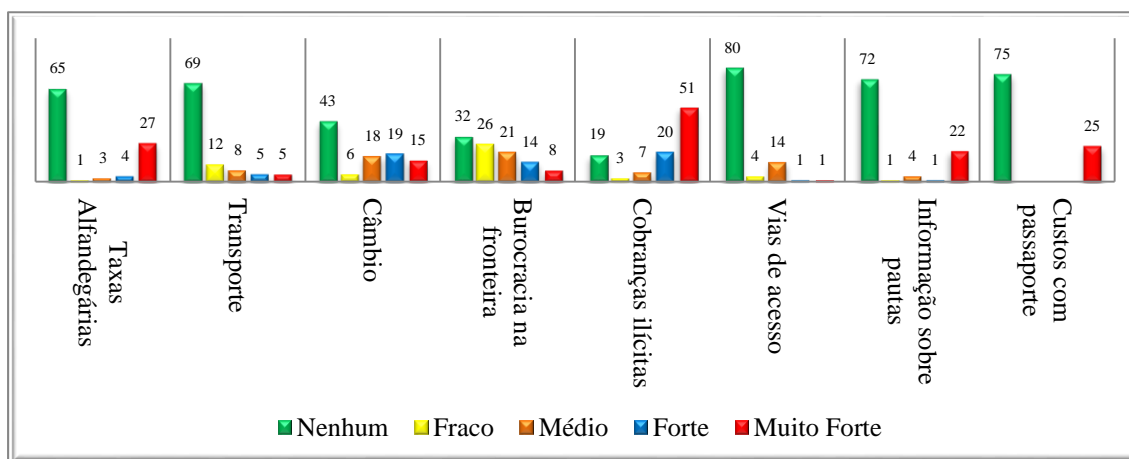
Fonte: Dados do inquérito

Os problemas indicados em Cassacatiza não são diferentes; as cobranças ilícitas, taxas alfandegárias e custo de passaporte também foram consideradas como constrangimentos em Cassacatiza.

Os constrangimentos com as taxas alfandegárias não são somente do lado de Moçambique, o que significa que estes negociantes, quando exportam os seus produtos para países vizinhos, também sofrem com as taxas e/ou mesmo com a extorsão por parte das autoridades, conforme testemunha a entrevista com uma comerciante local:

*“.. ia para Zâmbia vender peixe, mas comecei a ver que não tem interesse porque, quando chegava aqui na fronteira, ora esse aqui quer para lhe dar um pouco de peixe, ora pagar, ora não sei quê; quando chegava na Zâmbia também era a mesma coisa: esse da agricultura quer peixe, saúde quer peixe, Alfândega também quer peixe. Agora, quando chegava lá, não via o lucro...”* (entrevista com Luísa Lucas, dia 15 de Abril, Cassacatiza).

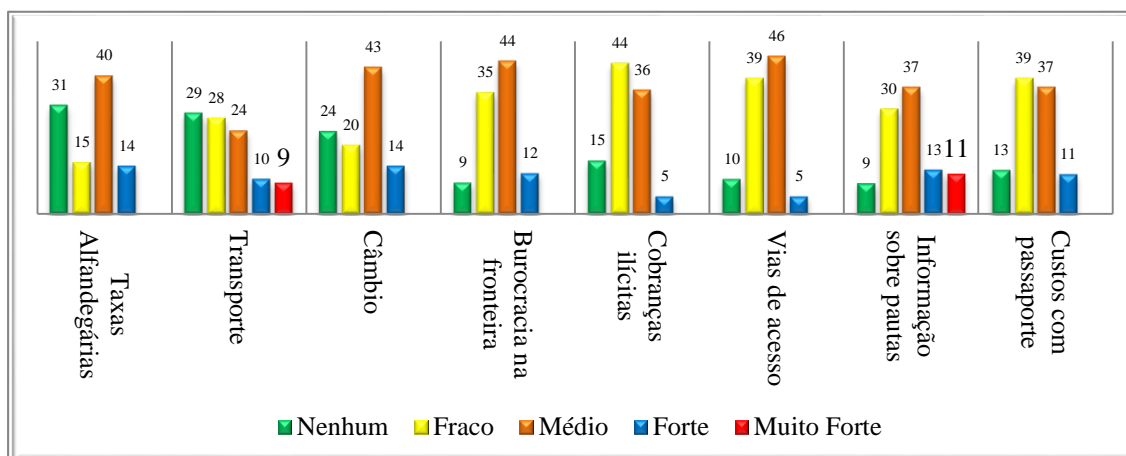
Gráfico 18: Constrangimentos: Cassacatiza, em percentagem dos inquiridos



Fonte: Dados do inquérito

Em Mandimba, os constrangimentos mais fortes são os relacionados com o transporte e informação sobre as pautas aduaneiras.

Gráfico 19: Constrangimentos: Mandimba, em percentagem dos inquiridos



Fonte: Dados do inquérito

De um modo geral, os problemas enfrentados pelas populações das zonas fronteiriças analisadas têm a ver com as alfândegas e cobranças ilícitas. Porém, em Mandimba, parte significativa dos inquiridos mencionou que muitos destes elementos não influenciam as suas actividades.

Quadro 3: Síntese dos principais constrangimentos

Ressano Garcia	Namaacha	Machipanda	Cassacatiza	Mandimba
Custo do passaporte	Cobranças ilícitas	Cobranças ilícitas	Cobranças ilícitas	Informação sobre pautas
Taxas alfandegárias	Taxas alfandegárias	Custo do passaporte	Taxas alfandegárias	Transporte

Fonte: Dados do inquérito

#### 5.4 Relação entre a frequência de viagem e rendimento

Procedeu-se ao teste de associação ( $X^2$ ), onde os resultados verificados para Ressano Garcia, Machipanda, Cassacatiza e Mandimba sugerem a não-rejeição da hipótese nula de que as variáveis são independentes, ou seja, não há evidências estatisticamente significativas de associação entre a frequência de viagem e o rendimento.

Contudo, os dados sobre a vila de Namaacha revelam que pode-se rejeitar a hipótese nula de que as variáveis são independentes, ou seja, há evidências estatisticamente significativas de associação entre a frequência de viagem e o rendimento. Deste modo, os rendimentos baixos encontram-se relacionados com a baixa frequência de viagem.

Quadro 4: Chi-Square

	Ressano Garcia	Namaacha	Machipanda	Cassacatiza	Mandimba
Sig	,178	,040	,138	,069	,152

Fonte: Dados do inquérito

#### 5.5 Relação entre o local de estudo e a taxa alfandegária

Neste ponto procedeu-se à análise de correspondência, tendo-se usado as variáveis: local de estudo e constrangimento com as taxas alfandegárias. O modelo tem quatro dimensões que explicam 100% do total da inércia. A primeira dimensão explica cerca de 70% da variância total dos dados. O valor do teste “qui quadrado” sugere a rejeição da hipótese de independência entre as variáveis. Isto evidencia a associação entre as variáveis.

Quadro 5: Sumário

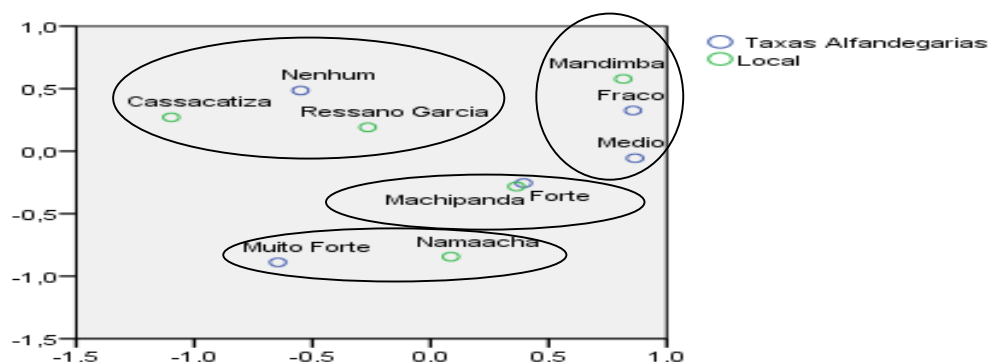
Dimension	Inertia	Chi Square	Sig.	Proportion of Inertia	
				Accounted for	Cumulative
1	,192			,713	,713
2	,061			,228	,940
3	,016			,058	,998
4	,000			,002	1,000
Total	,269	96,495	,000 <sup>a</sup>	1,000	1,000

Fonte: Dados do inquérito

Os dados da figura abaixo, revelam a seguinte correspondência entre as variáveis:

- As taxas alfandegárias constituem um constrangimento bastante forte em Machipanda e Namaacha;
- As taxas alfandegárias não constituem problema para as populações de Ressano Garcia e Cassacatiza.

Figura 1: Análise de correspondência



Fonte: Dados do inquérito.

### 5.6 Relação entre o local estudado e a distância para aquisição de bens

A partir da análise descritiva, verificou-se que há diferenças entre a média da distância nos diferentes locais estudados, sendo que as zonas fronteiriças de Namaacha e Machipanda apresentam as maiores médias (96 km e 111 km, respectivamente).

Quadro 6: Análise descritiva

	Mean	95% Confidence Interval for Mean	
		Lower Bound	Upper Bound
Ressano Garcia	26,14	5,41	46,86
Namaacha	96,41	60,10	132,72
Machipanda	111,31	70,48	152,14
Cassacatiza	42,85	30,04	55,65
Mandimba	19,52	14,95	24,09
Total	59,14	46,67	71,61

Fonte: Dados do inquérito.

A partir dos resultados da análise descritiva, verifica-se uma diferença entre os grupos. Estes resultados foram confirmados pelo teste *One Way Anova*, segundo o qual as diferenças nas médias são estatisticamente significativas (sig=0,000). Assim, os dados sugerem a divisão em dois grupos:

- 1º – Mandimba, Ressano Garcia e Cassacatiza (média de distância baixa)
- 2ª – Namaacha e Machipanda (média de distância alta)

Quadro 7: Tukey HSD

	Nome	1	2
Tukey HSD <sup>a,b</sup>	Mandimba	19,52	
	Ressano Garcia	26,14	
	Cassacatiza	42,85	
	Namaacha		96,41
	Machipanda		111,31
	Sig.	,740	,937

Fonte: Dados do inquérito

## 5.7 Análise qualitativa

Neste ponto, faz-se a análise SWOT da recolha feita através dos instrumentos de pesquisa qualitativa (entrevista). Os dados são analisados, tendo em conta os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.

Pontos fortes	
<b>Ressano Garcia</b>	Forte controlo e protecção de fronteira. Cooperação policial entre os países. Muito movimento fronteiriço.
<b>Namaacha</b>	Forte relação de familiaridade. Cooperação policial entre os países. Muito movimento fronteiriço. Bons serviços de saúde do lado moçambicano.
<b>Machipanda</b>	Utilização de outros tipos de documentos na migração para além do passaporte (credencial). Cooperação policial entre os países. Muito movimento fronteiriço.
<b>Cassacatiza</b>	Cooperação policial entre os países. Os residentes não precisam apresentar o passaporte para atravessar a fronteira para circular num raio máximo de 20 km.
<b>Mandimba</b>	Forte relação de familiaridade. Cooperação policial entre os países. Utilização de outros tipos de documentos para além do passaporte ( <i>permit</i> ).

No geral, a cooperação policial é um ponto forte destacado em todas as fronteiras estudadas. Por outro lado, com excepção de Ressano Garcia e Namaacha, os restantes locais privilegiam os indivíduos que vivem na zona de fronteira, permitindo que estes atravessem a fronteira somente com credencial e não exclusivamente com passaporte.



---

### Pontos fracos

<b>Ressano Garcia</b>	Elevada dependência de importações da África do Sul em todos os bens de primeira necessidade.
<b>Namaacha</b>	Falta de protecção da fronteira.
<b>Machipanda</b>	Falta de protecção da fronteira.
<b>Cassacatiza</b>	Falta de protecção da fronteira. Grande distância em relação à cidade de Tete, o que proporciona maior vulnerabilidade a importação. Elevada dependência de importações da Zâmbia em bens de primeira necessidade. Serviço de saúde deficiente.
<b>Mandimba</b>	Debilidade na rede de transporte. Falta de protecção da fronteira.

Os pontos fracos apontados em quase todas as fronteiras encontram-se relacionados com a protecção das mesmas, o que permite o contrabando de produtos e violações constantes destas. Por outro lado, a dependência das zonas fronteiriças moçambicanas em bens de primeira necessidade é um dos pontos fracos nas relações entre estes povos vizinhos.

---

### Oportunidades

<b>Ressano Garcia</b>	Negócio nos meses de Dezembro, Janeiro e Abril (este último por causa do “good friday” na África do Sul). Contratação de mão-de-obra para as minas pela WENELA.
<b>Namaacha</b>	Existência de feiras que proporcionam a exposição e comercialização de produtos locais.
<b>Machipanda</b>	Indústria mineira.
<b>Cassacatiza</b>	Mercado de tabaco. Exportação de pescado para a Zâmbia (principalmente do capenta).
<b>Mandimba</b>	Existência de feiras que proporcionam a exposição e comercialização de produtos locais.

Os períodos de maior fluxo de pessoas são ideais para potenciar a actividade comercial nas zonas fronteiriças. As feiras são um importante instrumento de divulgação dos produtos do país, principalmente nas zonas com potencial agrícola.

---

### Ameaças/desafios

<b>Ressano Garcia</b>	Pessoas que facultam a travessia ilegal ( <i>marehanes</i> ).
<b>Namaacha</b>	Travessia ilegal.
<b>Machipanda</b>	Falta de uma empresa na área de mineração.
<b>Cassacatiza</b>	Cobranças ilícitas por parte dos agentes da agricultura.
<b>Mandimba</b>	Transporte.

## 6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados mostram que as populações fronteiriças possuem relações comerciais, familiares, de saúde, desportiva, culturais e académicas com os países vizinhos, com maior destaque para as relações comerciais. Nesta senda, Chivangue (2012) refere que a impossibilidade das populações encontrarem emprego no sector formal e a necessidade de escapar da miséria, contribui para que estes enveredem pelo comércio informal.

As populações que habitam nas zonas de fronteira ou vivem em localidades próximas usam com alguma frequência os serviços de saúde dos países vizinhos, principalmente Mandimba e Cassacatiza. Isto pode estar associado à disponibilidade da rede de saúde e a distância a que se encontram.

Os resultados revelaram que Moçambique é um grande importador e consumidor de produtos dos países vizinhos com principal destaque para as populações de Cassacatiza, Mandimba e Ressano Garcia. A título de exemplo, o estudo de Chivangue (2012) corrobora com os resultados, ao afirmar que a preferência dos consumidores pelo produto sul-africano em detrimento do produto nacional, quando este existe, pode ser vista como factor determinante na tendência para a importação, o que contribui para a fragilização da agricultura e do incipiente tecido industrial nacional.

Ainda neste contexto, o estudo revela que, tal como Moçambique no seu todo, nestas zonas importa-se mais do que se exporta, proporcionando aos consumidores nacionais maiores possibilidades de escolha dos bens da produção diversificada sul-africana. A indústria moçambicana é pouco diversificada e não competitiva, fazendo com que a sua interacção com a vizinha África do Sul desafie as possibilidades de desenvolvimento (Haffner e Mampava, 2010).

De entre os vários produtos comprados nos países vizinhos para posterior venda em Moçambique, há a destacar os produtos alimentares, vestuário, bebidas alcoólicas, calçado, cosméticos e material de construção. Neste âmbito, os resultados obtidos por Chivangue (2012) indicam que os agentes que importam produtos frescos e bebidas são os que gozam de maior satisfação com a prática do comércio informal.

Os resultados revelam que estes comerciantes não se limitam a importar produtos, mas também exportam alguns bens. De destacar a exportação de alimentos, bebidas alcoólicas, calçado e vestuário. Embora exista o mesmo grupo de bens (alimentares, bebidas alcoólicas, calçado e vestuário), há diferenciação quanto às marcas, preços, qualidade, tipo (por exemplo importação de farinha e exportação de peixe).

No geral, os problemas enfrentados pelas populações das zonas fronteiriças analisadas têm a ver com as alfândegas (taxas alfandegárias e cobranças ilícitas) e o transporte. Parte significativa dos inquiridos mencionou que muitos destes elementos não influenciam as suas actividades. Os constrangimentos com as Alfândegas não são somente do lado de Moçambique, o que significa que estes negociantes, quando exportam os seus produtos para os países vizinhos, também sofrem com as taxas e/ou mesmo com a extorsão por parte das autoridades daqueles países.

Para além da corrupção na sua forma de suborno e chantagem, importadores moçambicanos, estrangeiros e outros operadores do sector formal, queixaram-se de serem vítimas de uma competição desleal por parte de contrabandistas que introduziam mercadoria no país sem pagar direitos aduaneiros.

A variável rendimento analisada neste trabalho refere-se apenas ao rendimento proveniente da actividade comercial e/ou da prestação de serviços entre Moçambique e países vizinhos. Verifica-se que a maioria dos entrevistados das vilas de Ressano Garcia e Namaacha possuem rendimentos abaixo de 2.500 Meticais mensais. Contudo, alguns destes possuem rendimentos que superam os 30.000 Meticais mensais. Os indivíduos de Machipanda possuem rendimentos mensais que variam entre 2.500 e 9.999 Meticais. Porém, um número considerável destes também consegue rendimentos que variam

dos 10.000 a 19.999 Meticais Os indivíduos de Cassacatiza apresentam os rendimentos mais baixos em comparação com os outros locais estudados. A população de Mandimba possui os rendimentos mais equilibrados (distribuição menos concentrada entre as classes dos rendimentos definidos no questionário).

Apesar da maioria das populações auferir rendimentos baixos, o estudo de Chivangue (2012) mostra que estas não estão susceptíveis a empregarem-se formalmente, como por exemplo na Função Pública, pois sabem que teriam rendimentos ainda mais baixos devido ao seu baixo nível de escolaridade”. Segundo o mesmo, o contributo proveniente do comércio transfronteiriço não é apenas os ganhos financeiros mas também sociais e culturais, como por exemplo, “alguns comerciantes, ao ascenderem a um estatuto social considerável, são escolhidos para apadrinhar casamentos, alguns cargos relevantes na igreja, a nível da família e de outro tipo de grupos, elevando ainda mais o seu estatuto social”.

### **Comparação entre os resultados dos inquéritos e das entrevistas**

**Pontos comuns:** foi destacado a necessidade de se potenciar a actividade comercial nos períodos com maior fluxo de bens e pessoas.

Tanto nos inquéritos como nas entrevistas, o custo de transporte foi referido como um dos grandes constrangimentos enfrentados pelos comerciantes destas zonas fronteiriças.

Foi referido em ambos instrumentos de recolha de dados, que existe procura de serviços de saúde nos países vizinhos e também estes povos estabelecem laços familiares entre eles.

As cobranças ilícitas pelos agentes do Estado foram um ponto bastante mencionado tanto pelos inquiridos como pelos entrevistados.

Foi referido pelos inquiridos e entrevistados que existe uma maior tendência para a importação de produtos de primeira necessidade.

**Pontos omissos no inquérito:** nas entrevistas foi bastante mencionada a cooperação policial entre as fronteiras estudadas. Por outro lado, com excepção de Ressano Garcia e Namaacha, os restantes locais privilegiam aos indivíduos que vivem na zona de fronteira, permitindo que estes entrem somente com credencial e não exclusivamente com passaporte.

Os entrevistados consideram que a fraca protecção das fronteiras (falta de arrame farpado, policiamento, etc.), permite o contrabando de produtos e violações constantes destas.

## **7. CONCLUSÕES E SUGESTÕES**

### **7.1 Conclusões**

As conclusões são apresentadas conforme os objectivos definidos para este trabalho. Quanto ao primeiro objectivo: identificar os tipos de relações que as populações que vivem nas zonas fronteiriças possuem, as conclusões são as seguintes:

- Os residentes das zonas transfronteiriças possuem relações comerciais, familiares, de saúde, desportiva, culturais e académicas com os países vizinhos. Contudo, estas vilas estabelecem mais relações comerciais, familiares e de saúde.
- As populações que habitam as zonas de fronteira ou vivem em localidades próximas, usam com alguma frequência os serviços de saúde dos países vizinhos, com principal enfoque para as populações de Mandimba e Cassacatiza que buscam assiduamente os serviços de saúde em Malawi e Zâmbia, respectivamente.
- Moçambique é um grande importador de produtos dos países vizinhos com principal destaque para as populações de Cassacatiza, Mandimba e Ressano Garcia.

O segundo objectivo era o de analisar se as razões dos fluxos de importação e exportação beneficiam os moçambicanos e as empresas que actuam nas zonas de fronteira.

- Os resultados revelam que estes comerciantes não se limitam a comprar produtos, também levam alguns de Moçambique para venda naqueles países. De destacar a exportação de alimentos, bebidas alcoólicas, calçado e vestuário. Embora exista o mesmo grupo de bens (alimentares, bebidas alcoólicas, calçado e vestuário), há diferenciação quanto às marcas, preços, qualidade, tipo (por exemplo importação de farinha e exportação de peixe).
- Os maiores fluxos de importação e exportação coincidem, em Cassacatiza e Mandimba, com os momentos de colheita agrícola. Os resultados de Ressano Garcia, Namaacha e Machipanda revelam maiores fluxos comerciais nos períodos festivos.

Relativamente ao terceiro objectivo, os constrangimentos mais referidos pelos inquiridos e entrevistados são: taxas alfandegárias elevadas, cobranças ilícitas e custo de passaporte.

Os resultados permitem sugerir que as actividades e os agentes económicos do lado moçambicano possuem desvantagens nas relações comerciais, medido pelos volumes e tipo de bens e serviços importados e exportados. Pode ainda pensar-se que as populações que possuem relações transfronteiriças têm mais acesso a serviços (incluindo no país vizinho) e desenvolvem actividades que aumentam os rendimentos das famílias. O rendimento dos inquiridos é superior à média da população rural a nível nacional.

Pode-se ainda colocar a hipótese (não confirmada por não ser objecto deste trabalho), de que as relações comerciais transfronteiriças aumentam a actividade e a diversidade das fontes de rendimento das famílias.

### **7.2 Sugestões**

As relações transfronteiriças envolvem áreas não estudadas pela investigação, como sejam as questões relacionadas com a segurança, tráficos, insegurança política e social, que exigem ponderação pelas autoridades competentes na tomada das medidas propostas. Por estas razões, a aplicação de algumas sugestões requer acordos com os países vizinhos.

As sugestões têm como objectivos:

- Dinamizar e incentivar as relações transfronteiriças com reflexos sobre a actividade económica e aumento do rendimento das famílias e dos agentes económicos.
- Contribuir para um melhor funcionamento das instituições locais, nomeadamente quanto à despenalização dos fluxos (comércio informal e migrações de curta distância e de curto prazo de residentes nas zonas fronteiriças), procurando evitar-se as cobranças ilícitas.

Sugerem-se as seguintes medidas:

- Aumentar o número de feiras de produtos dos dois lados da fronteira ou conjuntas, de modo a incentivar o intercâmbio das populações dos dois lados da fronteira.
- Definir zonas (número de quilómetros a partir dos dois lados da fronteira) de circulação livre dos residentes (sem necessidade de passaporte, sendo suficiente um documento de permissão como acontece na fronteira com o Zimbabué).
- Divulgar junto dos residentes acerca das leis/despachos que estabelecem os direitos e deveres relacionados com os fluxos fronteiriços de pessoas e bens.
- Debater nos locais transfronteiriços sobre as formas de facilitar os fluxos entre os agentes económicos e população residente que operam nessas zonas.
- Estudar ao longo das fronteiras, quais os bens produzidos em Moçambique e que possuem vantagens para a exportação, estabelecendo incentivos para os agentes económicos produzirem esses bens.
- Incentivar que os agentes económicos se organizem em formas associativas para melhor negociação com as autoridades e defesa/promoção das relações com os seus congéneres do outro lado da fronteira.
- As autoridades competentes tomem em consideração a indicação persistente de pagamentos ilícitos, introduzindo mecanismos de combate à corrupção.

Como sugestão final, pensa-se ser vantajoso que se facilitem as relações transfronteiriças (circulação de pessoas e bens), simultaneamente que são necessárias medidas para evitar atropelos destas por populações e agentes económicos não residentes nas zonas de fronteira e sobre as questões relativas à segurança e tráficos.

## **BIBLIOGRAFIA**

Chivangue, A.A. (2012). *Mukhero em Moçambique: Análise das lógicas e práticas de comércio informal*. Universidade Técnica de Lisboa, Dissertação de Mestrado.

Haffner, J.A.H & Mampava, I.M.C. (2010). *Integração Económica de Moçambique com a zona livre de comércio da Comunidade para o Desenvolvimento da África (SADC)*.

Instituto Nacional de Estatística, (2007).

Ministério da Administração Estatal. (2005). *Perfil do distrito de Namaacha*.

Mosse, M & Cortez, E. (2006). *Corrupção e Integridade nas Alfândegas de Moçambique: uma avaliação de práticas*. Maputo: Centro de Integridade Pública.

Pereira, J.C.F.A. (s/d). *Relações Económicas entre África do Sul e Moçambique: cooperação ou dependência?* Universidade Técnica de Lisboa, Dissertação de Doutoramento.

Tembe, C. (2009). “O Sector Informal em Moçambique: caracterização do perfil sociodemográfico dos trabalhadores deste sector”. In *O Sector Informal em Moçambique*. Estudos Temáticos, 111-162, Maputo: Instituto Nacional de Estatística e Cooperação Italiana.

### **Referências da Internet**

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Moamba\\_distrito](http://pt.wikipedia.org/wiki/Moamba_distrito), acessado em 16 de Janeiro de 2014.

<http://www.ine.gov.mz/>, acessado em 15 de Janeiro de 2014.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Namaacha\\_distrito](http://pt.wikipedia.org/wiki/Namaacha_distrito), acessado em 15 de Janeiro de 2014.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Mandimba\\_distrito](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mandimba_distrito), acessado em 16 de Janeiro de 2014.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Manica\\_distrito](http://pt.wikipedia.org/wiki/Manica_distrito), acessado em 15 de Janeiro de 2014.

<http://www.nuarro.com/pt/informacoes-praticas/mocambique>, acessado em 23 de Fevereiro de 2015.

Nº	Título	Autor(es)	Data
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012
2	<b>Balança Comercial Agrícola. Para uma estratégia de substituição de importações?</b>	<b>João Mosca e Natacha Bruna</b>	<b>Novembro de 2012</b>
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013
4	<b>Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário.</b>	<b>João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dadá</b>	<b>Março de 2013</b>
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Abril de 2013
6	<b>Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique</b>	<b>Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes</b>	<b>Maió de 2013</b>
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaiantilal	Junho de 2013
8	<b>Agricultural Intensification in Mozambique. Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages</b>	<b>Peter E. Coughlin Nícia Givá</b>	<b>Julho de 2013</b>
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013
10	<b>Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry exploitation</b>	<b>Emelie Blomgren &amp; Jessica Lindkvist</b>	<b>Outubro de 2013</b>
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013
12	<b>Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Finger mann</b>	<b>Sayaka Funada-Classen</b>	<b>Dezembro de 2013</b>
13	Subsídios à Agricultura	João Mosca, Kátia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Fevereiro de 2014
14	<b>Investimento no sector agrário</b>	<b>João Mosca e Yasser Arafat Dadá</b>	<b>Março de 2014</b>

Nº	Título	Autor(es)	Data
15	Os efeitos do HIV e SIDA no sector agrário e no bem,-estar nas províncias de Tete e Niassa	Luis Artur, Ussene Buleza, Mateus Marassiro, Garcia Júnior	Abril de 2014
16	<b>Mercantilização do gado bovino no distrito de Chicualacuala</b>	<b>António Manuel Júnior</b>	<b>Maior de 2014</b>
17	Competitividade do subsector do caju em Moçambique	Márium Abbas	Junho de 2014
18	<b>O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas Áreas de Exploração dos Recursos Faunísticos na Província de Nampula</b>	<b>Carlos Manuel Serra, António Cuna, Assane Amade e Félix Goia</b>	<b>Julho de 2014</b>
19	Competitividade do Algodão Em Moçambique	Natacha Bruna	Agosto de 2014
20	<b>Influência das taxas de câmbio na agricultura</b>	<b>João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Kátia Amreén Pereira</b>	<b>Setembro de 2014</b>
21	Associações de pequenos produtores do sul de moçambique: constrangimentos e desafios	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Outubro de 2014
22	<b>Lei de Terras: Entre a Lei e as Práticas na defesa de Direitos sobre a terra</b>	<b>Eduardo Chiziane</b>	<b>Novembro 2014</b>
23	Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os My Love	Kayola da Barca Vieira, Yasser Arafat Dadá e Margarida Martins	Dezembro de 2014
24	<b>Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas</b>	<b>João Mosca</b>	<b>Fevereiro de 2015</b>
25	Entre discurso e prática: dinâmicas locais no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital em Momba	Nelson Capaina	Março de 2015
26	<b>Macroeconomia e a produção agrícola em moçambique</b>	<b>Márium Abbas</b>	<b>Abril de 2015</b>



### **Como publicar**

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o e-mail do OMR (office@omrmz.org) que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Não existe por parte do Observatório do Meio Rural qualquer responsabilidade em publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por e-mail, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

### **Regras de publicação:**

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail*, com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisore(s).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos para revisão sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode ter até 40 páginas em letra 11, espaço simples entre linhas, e margens 3 cm e toda a página (cima, baixo lado e esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.

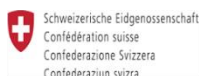


O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Av. Paulo Samuel Kankhomba, nº 1011  
Maputo – Moçambique

**[www.omrmz.org](http://www.omrmz.org)**